



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

## **Interpeleção ao Governo Regional**

### **(Pela manutenção das 35 horas da jornada de trabalho da função pública regional)**

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Sou, como sabem, professor de História. Tenho, por isso, a obrigação de conhecer e de transmitir aos meus alunos a evolução as condições de trabalho ao longo da História.

Nessa medida sei o que custou, a milhões de trabalhadores ao longo de muitas gerações, a conquista dos direitos laborais de que hoje usufruem. Li muitas descrições a esse respeito. Apesar disso, não me atrevo a relatar e a adjetivar os sacrifícios que tantos passaram em nome da sua geração e das seguintes.

Desde a jornada das 14 horas diárias, em cada um dos 7 dias da semana, do início da Revolução Industrial até às atuais 7 horas diárias cumpridas pela função pública, os trabalhadores percorreram um longo e árduo caminho. Esse foi o caminho da justiça social, do progresso, da criação de emprego, da dignificação do homem e do progresso civilizacional.

Meus senhores! Não é possível deixar que em nome de uma crise económica, em nada diferente de tantas outras que têm ciclicamente assolado as economias europeias ao longo dos últimos duzentos anos, que os direitos laborais, tão arduamente conquistados, sofram um tão grave retrocesso.

Ceder sem resistir, desertar sem luta e claudicar sem honra não constituem verdadeiras opções para os filhos e netos dos trabalhadores que com tanto sacrifício conquistaram, com justiça, esses direitos e essa dignificação do trabalho.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Eu olho para este nosso Parlamento e vejo os filhos de Lenine e de Marx. Vejo democratas-cristãos, social-democratas e os representantes do socialismo democrático. Mas não vejo aqui defensores do neoliberalismo e monoteístas do mercado livre e não regulado. Não os vejo, ou pelo menos não os oiço.

Falo de ideologias, na medida em que esta questão é eminentemente ideológica.

Eu considero que o aumento da jornada de trabalho conduz ao aumento do desemprego.

Eu acredito que o aumento da jornada de trabalho desincentiva e cria inércia no âmbito da implementação de condições que possam aumentar a produtividade.

Eu não tenho dúvidas que o aumento da jornada de trabalho eternizará modelos e formas de produção dependentes de salários permanentemente baixos. Tudo isto gerará a diminuição da produtividade, dificuldades de modernização, desemprego, injustiça, exclusão social e uma crescente conflitualidade social.

Não existe uma ciência exata para calcular a hora das revoluções. Todos os contemporâneos desses acontecimentos – as Revoluções Francesa ou Russa, por exemplo - sabiam, no entanto, que o ponto de saturação estava próximo. Que as massas populares e os trabalhadores tinham chegado ao ponto de nada terem a perder e de já tudo terem perdido.

Penso que não andaremos muito longe desse estado de espírito coletivo. A hora da História pode chegar a qualquer momento. Basta que um qualquer acontecimento fortuito acenda o inevitável rastilho do destino. É neste estado que estamos.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Nestas circunstâncias, a nossa Autonomia tem de ser um lugar de abrigo para todos, em especial dos trabalhadores. A Autonomia Açoriana tem de constituir o último reduto da resistência contra a injustiça, a ilegalidade constitucional e as políticas erradas que geram desemprego e miséria.

Este é, meus senhores, o momento em que a autonomia tem de dizer presente. A legitimidade de qualquer regime político conquista-se na adversidade. A Autonomia Açoriana tem de, nas presentes circunstâncias, fazer prova de vida.

A Autonomia não pode desertar no momento em que os trabalhadores mais dela necessitam. Nas atuais circunstâncias, os trabalhadores açorianos não aceitam uma lavagem de mãos à Pilatos ou um número de escapismo político semelhante aos praticados pelo Houdini. Ou se está com os trabalhadores açorianos ou se está contra eles. Não existe, nas atuais circunstâncias, lugar para o meio-termo.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O Governo Regional socialista abordou a questão do aumento da jornada de trabalho de trabalho para as 40 horas semanais de forma errada. Disse que não concordava, mas que nada se podia fazer no âmbito das competências autonómicas.

Dizer que não se concorda está em qualquer manual de política partidária e aprende-se logo nas jotas:

A maioria governamental tem outra origem partidária e a tentação de explorar o odioso da questão é irresistível;

A maioria socialista governa há 17 anos e têm reivindicado a modernização e melhoria organizacional da administração regional;



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

A maioria socialista reivindica uma natureza ideológica que não lhe permite efetuar a legitimação política deste tipo de medidas;

A maioria governamental tem defendido que a administração regional tem a dimensão necessária;

A maioria governamental não resistiu ao impulso de mordiscar a maçã do pecado que não plantou, mas que decidiu colher com o punho erguido e não fechado.

Estas são, em síntese, as razões do não concordo do Governo.

A outra parte da asserção governativa – o aplico apesar de não concordar – não é aceitável. Estou convencido que o Governo Regional não percebeu, num primeiro momento, as grandes expectativas dos trabalhadores açorianos nos mecanismos de proteção e justiça da Autonomia contra uma medida tão chocantemente injusta e ilegal.

Os trabalhadores açorianos não aceitam que o Governo Regional se dê por derrotado antes da batalha. Estou convencido que os trabalhadores açorianos estão prontos a aceitar uma derrota no Tribunal Constitucional, mas que nunca aceitarão que a Autonomia deserte antes do bom combate.

Foi isso que o PPM aqui veio fazer. Dar guerra! Usar todas as prerrogativas da Autonomia contra a infâmia de aumentar a jornada de trabalho da função pública açoriana sem qualquer remuneração suplementar e num momento em que se procedem a novos cortes adicionais nos seus vencimentos.

Dar guerra, meus senhores, em nome de todos os trabalhadores açorianos. O horário da função pública é a âncora e a referência que impede a deriva das jornadas de trabalho do sector privado. Perder a batalha das 35 horas significa que as seguintes lutas contra o aumento do horário de trabalho não remunerado se farão a outras latitudes, muita acima das 40 horas. Tudo isto significará um retrocesso laboral de décadas. Por isso é que é tão importante.



Representação Parlamentar do  
Partido Popular Monárquico  
Açores

Finalmente, estou em crer que os restantes trabalhadores portugueses olharão para esta luta com esperança. Saber que a referência civilizacional das 35 horas resiste no meio do Atlântico é a melhor garantia que um dia também eles serão resgatados. Resistiremos também por eles.

Senhora Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

Quero crer que a esta hora a Sr.<sup>a</sup> Presidente deste Parlamento já fez chegar à opinião pública a notícia da realização de um Plenário Extraordinário no próximo dia 21 de outubro. Esse Plenário, convocado por todas as forças parlamentares açorianas, destina-se a aprovar legislação regional que fixa em 35 horas o horário de trabalho na função pública açoriana.

Trata-se de uma grande vitória dos trabalhadores açorianos. Foi a vossa determinação que permitiu esta vitória extraordinária. Ganhou, também, a Autonomia Açoriana. A nossa legitimidade é fazer o que é justo e estar, ombro com ombro, ao lado dos trabalhadores açorianos.

Viva os Açores!

O Deputado

Paulo Estêvão